

MUSEUS E PATRIMÔNIO CULTURAL: AÇÕES EDUCATIVAS DA CASA DA CULTURA PADRE KAROL DWORACZEK PARA PRESERVAÇÃO DO LEGADO CULTURAL POLONÊS EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

Cecília Szenkowicz Holtman¹
Elizabeth Johansen²

INTRODUÇÃO

A presença de diferentes grupos étnicos em território paranaense é tema de diversos trabalhos histórico-científicos. Wachowicz (1982, p.118) já denominava o Paraná como “laboratório étnico”, tal a característica que este estado possui por ter recebido inúmeras levas de imigrantes europeus. A convivência de diferentes culturas e a contribuição destes grupos é de suma importância para a construção do Paraná que se conhece hoje.

É claro que essa convivência não aconteceu de maneira sutil. Fez-se necessário um bom período de tempo para desenrolar o processo de chegada-adaptação, tanto por parte dos imigrantes, quanto por parte dos brasileiros, pois toda mudança, toda aculturação³, ainda que voluntária, provoca um choque psicológico. No caso dos imigrantes europeus, havia ainda a questão da língua, fator que tornava esse processo ainda mais complicado. Tentando amenizar este choque, alguns destes grupos buscaram preservar suas identidades, mantendo atitudes e manifestações que os remetessem ao país de origem.

Ao tomarem essas atitudes de preservação de identidade, preservaram assim seu Patrimônio Cultural, conceito que engloba toda a produção humana, material ou imaterial, de ordem emocional ou intelectual, independente de sua origem, aspecto, natureza ou época (IPHAN, 2012, p.12-13).

Para proteger este patrimônio cultural são necessárias atitudes e atividades que promovam pesquisas, ações educativas além da divulgação do bem a ser preservado. Nesse sentido, entra em cena uma instituição – o museu. Sendo a educação uma de suas funções centrais, o museu oferece possibilidades para a comunicação e a informação, numa construção dialética e dialógica, construindo a cidadania e o entendimento do que seja identidade.

Nesse sentido, ao analisar os documentos e os registros das ações desenvolvidas na instituição Casa da Cultura Padre Karol Dworaczek, que se localiza na Colônia Murici, núcleo de imigração polonesa em São José dos Pinhais, juntamente com as publicações e regulamentações preconizadas pelo Ministério da Cultura relacionados à prática museológica, procurou-se responder quais são e de que forma as ações educativas do museu Casa da Cultura Padre Karol Dworaczek contribuem para a preservação do patrimônio cultural polonês.

A análise de documentos é uma importante ferramenta de pesquisa qualitativa, como atenta Sá-Silva (2009, p.11), pois, além de complementar as informações obtidas através de outras ferramentas e/ou técnicas, acaba por

Palavras - chave:
Identidade étnica; Patrimônio Cultural; Museus.

Resumo: Este artigo procura responder quais são e de que forma as ações educativas da Casa da Cultura Padre Karol Dworaczek contribuem para a preservação do patrimônio cultural da etnia polonesa no município de São José dos Pinhais. Para isso, aprofunda os conceitos de museus e patrimônio cultural, além de discutir sobre a história da Polônia e da Imigração para o Brasil, numa análise de fontes baseada nos conceitos metodológicos da leitura e interpretação de documentos produzidos pela instituição e pelo Governo Federal.

¹ Graduada em Licenciatura em História pela UEPG/UAB. Email: cecilia.historiauepg@yahoo.com.br

² Orientadora. Mestre em História pela UFPR, professora do Departamento de História e diretora do Museu Campos Gerais na UEPG.

³ No sentido de influência mútua de elementos culturais diversos (WACHOWICZ, 1982, p.119).

revelar novos aspectos sobre o tema pesquisado. Como lembra Corsetti (2006, p.36), a leitura hermenêutica da documentação torna-se uma operação indispensável dentro de um processo de pesquisa. Assim, embasando-se nos posicionamentos desses dois autores, entende-se que ao cruzar e confrontar as informações dos registros da Casa da Cultura com as documentações dos órgãos oficiais, o processo de investigação possibilita não apenas uma leitura literal das informações contidas, mas sim, uma compreensão contextualizada dos fatos.

Para que se possam interpretar as informações contidas nestes registros, é preciso entender não somente o que é patrimônio e as consequências de uma política pública, referenciada através de documentos dos órgãos oficiais, mas, também, sobre a própria história local e da imigração polonesa em si, para o Estado do Paraná. Neste sentido, autores como Turbanski SVD, com seus livros *Murici Terra Nossa* vol. I (1978) e II (2005), e Wachowicz com seu livro *História do Paraná* (1982), são os principais exemplos que contribuem para historicizar as questões envolvidas nesta interpretação além de outros autores que contribuem para as explanações sobre o conceito de patrimônio, museus, ações museológicas e preservação de identidades.

Entendendo o conceito de Patrimônio

Primeiramente, deve-se procurar entender o conceito de patrimônio e suas implicações nas políticas públicas e na sua relação com a sociedade.

Tendo sua origem no latim, a palavra patrimônio, que vem de *pater* (pai), tem em seu significado aquilo que é passado de pai para filho. Ao longo dos séculos, passou a representar, também, o sentido de propriedade coletiva, preservando a história de um povo ou um lugar, vinculando-se à noção de cidadania (IPHAN, 2012, p.12).

Ao se relacionar uns com os outros, ainda que em diferentes contextos e situações, o indivíduo constrói sua identidade. É essa identidade que o torna diferente dos demais, o que o faz ser único no mundo. Ao conviver em grupo, exercendo a cidadania, os indivíduos compartilham histórias e memórias coletivas, reconhecendo que partilham de traços comuns. Essa identidade, que passa a ser do grupo, torna-se a identidade cultural, como lembra Fonseca (apud ABREU, 2003, p.64). Assim, o conjunto de saberes, fazeres, práticas e expressões que

remetem à história, à memória e à identidade de um grupo, passados de geração em geração, ficou conhecido como patrimônio cultural.

Porém, as relações entre as pessoas do mesmo grupo, entre grupos diferentes e entre estas e os bens materiais e imateriais redefine, a cada geração, o que é considerado patrimônio cultural, num movimento permanente de construção e reconstrução de valores essenciais para a dinâmica e a identidade cultural.

A eleição daquilo que mais representa a identidade coletiva de uma determinada comunidade tem por objetivo principal, não apenas a preservação de sua história e memória, mas também o exercício da cidadania e a melhoria na qualidade de vida para os indivíduos no presente. Isso se dá através de políticas públicas, que tornam oficiais estas escolhas.

No Brasil, a caminhada para o reconhecimento do que é patrimônio e sua abrangência não foi pequena nem fácil. No entanto, após a promulgação da Constituição de 1988, este processo ganhou mais força frente ao artigo 216, que explicita a importância da manutenção e salvaguarda de tudo aquilo que caracteriza o patrimônio cultural brasileiro. (BRASIL, 2002, p. 161)

Parafraseando a máxima dos Annales, podemos dizer que a política patrimonial também é filha de seu tempo. Logo, as ideias de Mario de Andrade (FRIEDRICH, s/d, p.05) – considerado por muitos como patrono das questões patrimoniais nacionais –, que soaram “modernistas” demais para a década de 1930, encontraram lugar na conjuntura político-social da década de 1980. Neste período, o entendimento do que é cultura havia se ampliado, resultando numa redação mais ampla que admite ser patrimônio cultural tudo aquilo que pode dar testemunho das formas de como o homem produz e conduz a sua existência. Nesse sentido, não mais apenas os bens móveis e imóveis entram no programa de proteção, mas também tudo aquilo que referencia à identidade, à ação e à memória, contemplando, portanto, os aspectos imateriais.

As medidas jurídicas estabelecidas pela CF/1988 possibilitam uma gama maior de artifícios para se proteger os bens culturais de acordo com as necessidades locais. Assim, instituíram-se inventários, registros, acautelamentos e dispositivos de desapropriação, além do tombamento já existente.

Outro avanço gerado a partir da CF/1988 é a gestão compartilhada, onde não só a esfera federal, mas também as esferas municipais e estaduais, juntamente com a sociedade civil sejam responsáveis

por eleger e preservar os seus bens culturais. Ao envolver a comunidade, esta passa a ter o comprometimento com o patrimônio em questão, identificando-se com ele e percebendo-se como sujeitos históricos ativos no processo de salvaguarda de sua própria história.

Nesse sentido, surge no cenário nacional o Plano Nacional de Cultura, numa construção coletiva que percebe a cultura como ponto importante para o desenvolvimento do país, tanto no fator econômico como no fator social, defendendo assim a diversidade cultural frente à globalização. Entre seus pontos principais, destaca-se a questão da preservação do patrimônio cultural brasileiro, através de instituições como os museus.

Para que estas instituições possam garantir essa missão, abriu-se caminho para uma Política Nacional de Museus (BRASIL, 2003), também construída democraticamente e que traduz os anseios da comunidade museológica.

A Instalação do Patrimônio Cultural Polonês em São José dos Pinhais

Entre os diversos grupos imigrantes que se fixaram no Paraná, o grupo dos poloneses é considerado o maior contingente. Mariano Kawka (2003, p.55) menciona, em seus estudos, que cerca de 1% da população brasileira possui algum vínculo com a imigração polonesa e que essa percentagem torna-se mais visível no sul do país, onde pode chegar a até 10% da população. Estes números expressivos podem ser explicados através do contexto histórico que marca as trajetórias do Brasil e da Polônia no período que vai do século XVI ao XX.

Durante o século XVI, alguns países da Europa adquiriram condições de dominar o mundo economicamente devido à expansão comercial e através da modernização e inovação tecnológica na agricultura, entre outras áreas, o que causou uma mudança radical na sociedade da época. A Polônia não conseguiu acompanhar esses processos, pois sua burguesia era pequena e a maioria dos poloneses eram camponeses humildes que descendiam dos servos medievais. A mão de obra era falha e havia um grande problema de falta de empregos (KAWKA, 2003, p.46-56).

Entre os anos de 1772 a 1795, o Estado Polonês sofreu várias intervenções de seus vizinhos, até ter seu território totalmente repartido em 1795, entre a Áustria, a Prússia e a Rússia (DEMBICZ & KIENIEWICZ, 2001, p.17) que, além de dominarem

administrativamente as terras, reprimiram massivamente o uso da língua polonesa, os costumes e tradições praticados há séculos. Diante deste quadro, os poloneses, não conseguindo conviver com as condições de miséria, começaram a partir para outros países com a esperança de encontrar uma vida melhor. Entre as diversas escolhas possíveis, uma grande leva de poloneses aportou no Brasil.

Essa vinda para o Brasil só se tornou possível após a instalação da família imperial portuguesa em 1808, e a abertura dos portos, quando uma nova realidade começou a se descortinar (SZESZ, LEITE & STANCIK, 2011, p. 12-13). A pressão das potências estrangeiras, principalmente da Inglaterra, em relação ao tráfico de escravos e a questão da ocupação do território nacional passaram a fazer parte das preocupações governamentais. Era preciso mão de obra para cultivar os campos brasileiros. A saída foi divulgar e incentivar a imigração europeia, oferecendo, inclusive, subsídios para imigrantes dispostos a povoar o interior do país (TURBAŃSKI, 1978, p.16).

A propaganda feita na Europa surtiu efeito, principalmente na região centro-oriental. Tanto que o período que se inicia em 1870 ficou conhecido como “febre brasileira” (KAWKA, 2003, p.51), tamanha a quantidade de imigrantes, principalmente de descendência polonesa e origem camponesa, que cruzaram o Atlântico em direção ao Brasil.

Neste momento é necessário ressaltar a questão do choque cultural. Ao chegarem ao Brasil, estes imigrantes necessitavam de algo para (re)afirmar suas identidades enquanto poloneses. Doustar (1990, p.82), ao trabalhar a questão da construção da identidade polonesa, explica que o patrimônio cultural polonês, expresso através de seus símbolos, tornou-se, diferentemente de outros nacionalismos europeus, um “conjunto de sentimentos patrióticos ligado ao amor próprio de povo ferido e humilhado, e não na defesa de interesses nacionais propriamente ditos”. Assim, o temor de se perder o domínio cultural, tal como foi perdido o domínio político e econômico, o que terminaria por descaracterizar completamente a nação, estava inserido no cotidiano do camponês, e imigrou, junto a este, para as colônias brasileiras.

Isto explica por que, ao contrário de outras etnias que buscavam urbanizar-se, o imigrante polonês buscou o interior, atendendo à sua sede por terra, tentando construir aqui no Brasil o que lhe foi tirado em sua terra natal. Aqui, longe de outras influências, podiam construir suas casas e produzir seu alimento conforme seus conhecimentos ou rezar e cantar em sua língua materna. Mantinham, assim, sua cultura

viva, passando-a para as novas gerações, ou seja, brasileiros com descendência polonesa.

No entanto, ao optarem pelo trabalho em regime de subsistência, numa pequena propriedade, longe dos centros urbanos e sem muita relação com o comércio, estes imigrantes passaram a ser comparados com outros grupos já marginalizados na época – os escravos libertos ou não e descendentes afro-indígenas –, o que resultou num processo de discriminação, tanto por parte da sociedade, quanto por parte dos próprios imigrantes e seus descendentes.

No panorama da colonização polonesa no estado do Paraná e na preservação de seu legado cultural, chama a atenção a Colônia Murici, em São José dos Pinhais, criada em 1878, durante a terceira etapa de colonização promovida pelo governo da Província (TURBAŃSKI, 1978, p.09).

Como em outras colônias, a instalação e os primeiros anos não foram fáceis. A preparação do terreno para as primeiras plantações e construção de residências, a distância do centro de comércio, além da dificuldade de comunicação foram alguns dos percalços vivenciados pelo grupo de vinte famílias a quem foram destinados os lotes desta colônia (TURBAŃSKI, 1978, p.10-21).

Deve-se ressaltar, no entanto, que assim como em outras colônias, também nesta perseverou um profundo sentimento religioso, que serviu de elemento de união para estes imigrantes. Logo, assim que se estabeleceram, procuraram construir uma capela para ofícios religiosos onde, além de cumprirem os deveres católicos, podiam exercer seus direitos sociais, convivendo com os seus pares (TURBAŃSKI, 1978, p.24-25).

Além deste momento de socialização, onde podiam conversar em sua língua materna, utilizaram aqui os conhecimentos de técnicas construtivas que possuem características arquitetônicas distintas (BERNARDO, 2013, p.43-51), tanto na disposição do imóvel em relação à propriedade, quanto na construção propriamente dita e na organização interna da residência, seja na questão dos móveis e utensílios de cozinha e lavoura, como na decoração, na qual prevalecem os bordados, as artes em papel e a valorização da religiosidade (URBAN, 2004, p.94-115).

É nesta localidade, no interior do referido município, que se encontra um pequeno museu chamado Casa da Cultura Padre Karol Dworaczek, criado através do Decreto Municipal nº 1.541, de 25 de julho de 2006.

Segundo o histórico da Instituição, descrito no Plano Museológico (HOLTMAN, 2012, p.09), o mu-

seu recebeu este nome em homenagem ao Padre Karol Dworaczek, que viveu no Brasil de 1900 a 1918, período em que atuou como pároco da Colônia Murici, promovendo não só a questão religiosa, como também o impulso social, através das construções da nova Igreja, Cemitério, Escola e Sociedade Agrícola.

É no prédio idealizado pelo padre Karol para servir de escola que se encontra, desde 2006, o referido museu escolhido para ter suas ações e sua documentação analisada. Esta escolha foi baseada nas observações de Marc Augé (1999, apud CABRAL, 2004, p.31) sobre a questão do aparecimento de pequenos museus dedicados à história local, respondendo à necessidade destas pessoas em relação à sua identidade cultural e ao autoconhecimento.

A leitura do Plano Museológico da Instituição revela que a Missão Institucional da Casa da Cultura Padre Karol Dworaczek é o “Resgate e preservação do patrimônio cultural da etnia polonesa, oportunizando também o contato com as artes em geral” (HOLTMAN, 2012, p.11), motivo pelo qual se escolheu este museu e suas ações educativas como fontes para a análise proposta no título deste artigo.

No entanto, apesar de a instituição existir desde 2006, foram encontrados registros somente a partir de 2012, o que limitou a análise para pouco mais de um ano de documentação, ou seja, o ano de 2012 e o primeiro semestre de 2013.

Os Museus e a salvaguarda do Patrimônio Cultural

Os museus são instituições que evoluíram juntamente com a sociedade. De templo das Musas como colocavam os gregos, passando pelos gabinetes de curiosidades no Renascimento, seu espaço ganhou notoriedade como local de guarda e preservação daquilo que representaria a nação, tal como aconteceu na França, após a Revolução Francesa e também no Brasil, no impulso modernista da década de 1920 (JULIÃO, in: MinC, 2006, p.19-21).

Com a redemocratização, a partir dos anos 1980 abriu-se espaço no discurso nacional para os diferentes grupos étnicos e sociais, ampliando com isso a noção de cidadania, patrimônio e propiciando a estes sujeitos o seu direito de memória. Adequando-se aos novos anseios, também os museus passaram a ter uma concepção mais abrangente. Letícia Julião (MinC, 2006, p. 26) ressalta: “De lugares consagrados ao saber dogmático, os museus deveriam se converter em espaços de reflexão e debate, ajustados aos

interesses e às demandas reais das comunidades”.

E, para atender a essas demandas, os museus procuraram, através de suas ações, aproximar o público das manifestações culturais em seus espaços, numa política que busca, de forma democrática e plural, a disseminação das diferentes culturas.

Isto pode ser observado já na própria definição do que é um museu, como exposto no artigo 1º da Lei nº 11.904 de 14 de Janeiro de 2009, que Institui o Estatuto de Museus:

Art. 1º. Consideram-se museus, para efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2009)

Atendendo às mudanças ocorridas na sociedade, desenvolveu-se uma Política Nacional de Museus (BRASIL, 2003), que apresenta em seu texto, criado coletivamente, discussões a respeito da inclusão social nos espaços museológicos como forma de promoção de alternativas para a construção de uma sociedade com oportunidades iguais - pelo menos no campo cultural-patrimonial - para todos.

Como um dos resultados desta proposta política e em decorrência do Plano Nacional de Cultura, surge o documento Plano Nacional Setorial de Museus (BRASIL, 2010), que traz um planejamento e uma agenda política para a área museológica por um prazo de dez anos e que foi construído também de forma democrática, organizando e viabilizando as políticas públicas voltadas para este setor e que se constituiu sob dois enfoques: o estruturante e o setorial. Pelo primeiro deles, trabalhou-se com os cinco eixos estruturantes da II Conferência Nacional de Cultura:

- I. Produção simbólica e diversidade cultural;
- II. Cultura, cidade e cidadania;
- III. Cultura e desenvolvimento sustentável;
- IV. Cultura e economia criativa;
- V. Gestão e institucionalidade da cultura.

Já pelo enfoque setorial, as propostas alinharam-se pelas especificidades de setores de museus: arte; história; culturas militares; ciências e tecnologia; etnográficos; arqueológicos; comunitários e ecomuseus; da imagem e do som e de novas tecnologias; e arquivos e bibliotecas de museus (BRASIL, 2010, p.24).

A partir da Lei nº 11.904/2009, o setor museal

abriu espaço para discussões a respeito de suas atividades, principalmente relacionadas à sua vocação educacional, pois sabe-se que é no espaço entre as exposições e o atendimento ao público que se desenvolvem os princípios da alteridade, contribuindo, assim, para uma coexistência multicultural.

Um dos resultados destas discussões foi a Carta de Petrópolis (BRASIL, 2010), produzida no 1º Encontro de Educadores do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e que teve por objetivo, lançar as bases da Política Nacional de Educação Museal. Seu texto traz a síntese das propostas construídas para a área educacional dos museus, devendo esta ser de interesse público, baseando-se na missão da instituição, em seu acervo, na pesquisa e nos princípios educacionais.

Nesse sentido, desenvolveu-se uma pedagogia museal composta por educação patrimonial, ação educativa e função/missão educativa dos museus (STUDART, 2004, p. 44), conceitos que formam e transformam suas ações para que estes possam, assim, promover o exercício da cidadania, a partir de posturas afirmativas construídas conscientemente e que permitam a apropriação do patrimônio cultural.

No panorama atual da preservação do patrimônio cultural, a instituição museológica com certeza se destaca por sua natureza e pela natureza de suas ações. É para garantir que estas instituições possam desenvolver de maneira satisfatória sua missão na salvaguarda e difusão dos patrimônios que formam a cultura plural brasileira que estes documentos acima citados foram produzidos.

Hoje, os museus devem basear-se nesses textos para alinhar suas metodologias e missões, numa fala comum dentro da esfera federal, mas que admite as particularidades de cada região, de cada local, promovendo a defesa da diversidade cultural em contraposição aos lugares comuns gerados a partir da globalização, denominados por Marc Augé como não-lugares (1999, apud CABRAL, 2004, p.31) por não possuírem uma história, onde os indivíduos não se identificam nem estabelecem laços.

A Casa da Cultura Padre Karol Dworaczek e suas ações educativas

Tendo por base os textos desses documentos oficiais, surgiu a ideia de analisar a documentação produzida na Instituição Casa da Cultura Padre Karol Dworaczek para avaliar se suas ações educativas estão realmente alcançando os seus propósitos e se estão em sintonia com o que se produz no restante

do país. Esta análise teve como princípios metodológicos, os posicionamentos de autores como Sá-Silva (2009) e Corsetti (2006), que ressaltam a análise de documentos como ferramenta de pesquisa na qual a leitura hermenêutica torna-se um fator indispensável dentro deste processo.

A coordenadora do CECA-Brasil⁴ no período de 1996 a 2000, Adriana Mortara Almeida (MUSAS, 2004, p.22-24) ressalta a importância da avaliação das ações museológicas para um planejamento de ações futuras, frisando que, para que isso aconteça a contento, se faz necessário definir previamente os resultados esperados, ou seja, aonde se quer chegar.

Assim, ao cruzar e confrontar as informações dos registros da Casa da Cultura com as documentações dos órgãos oficiais, mesmo que num recorte temporal pequeno, devido aos registros existirem apenas a partir de 2012, a pesquisa possibilitou não apenas uma leitura literal das informações contidas, mas sim uma compreensão contextualizada dos fatos.

As fontes utilizadas nesta avaliação foram as Correspondências recebidas, o Livro de Registro de Atividades, as Fichas Avaliativas e o Plano Museológico que contempla cópias do Decreto Municipal de Criação da Instituição e de seu Regimento Interno.

A Casa da Cultura Padre Karol Dworaczek é uma instituição sem fins lucrativos, instalada num imóvel pertencente à Paróquia Sagrado Coração de Jesus, da Colônia Murici e é administrada pela Secretaria Municipal de Cultura. Por estar vinculada a um poder público, sua designação é também Museu Público, como orienta o artigo 13 da Lei nº 11.904/2009⁵.

Sua Missão Institucional, ao mencionar o resgate e preservação do patrimônio cultural polonês e, também, de acordo com seu acervo, permite classificar a Casa da Cultura como Museu Etnográfico, eixo setorial que figura no Plano Nacional Setorial de Museus.

O Plano Museológico, documento que, ao pontuar as demandas, orienta as decisões do gestor do museu, ordenando e priorizando as ações, foi produzido em 2012 e possui a estrutura preconizada no artigo 44 do Estatuto de Museus. No entanto, seu valor é apenas simbólico, visto que não passou por aprovação da Câmara de Vereadores de São José

dos Pinhais. Para que essa aprovação possa ocorrer, faz-se necessária antes a aprovação da Lei de Criação da Casa, o que permitiria o estabelecimento de normas regulamentadoras e gerenciais, como o próprio Plano e o Regimento Interno. No entanto, mesmo possuindo apenas um valor interno, o Plano Museológico rege as ações da Casa da Cultura, o que o torna ferramenta importante neste processo de análise.

Como a ideia central desta pesquisa gira em torno do diagnóstico das ações educativas realizadas na preservação do patrimônio cultural polonês em São José dos Pinhais, as leituras direcionaram-se neste sentido e mostraram que a Instituição procura manter um programa Educativo e Cultural, e as Fichas Avaliativas e o Livro de Registro de Atividades (CASA DA CULTURA, 2012-2013) confirmam sua execução. Essas ações compreendem os seguintes projetos e atividades:

- Oficinas de artesanato típico, como o Wycinanki (que consiste em recortes e colagens de papéis coloridos, criando delicadas composições) e o Bibuly (confeção de flores em papel crepom), através de programação prévia. Estes artesanatos utilizados na decoração de casas e festas fazem parte das manifestações imateriais do patrimônio cultural polonês;



Imagem 01: Oficina de Bibuly com o Grupo de 3ª Idade (nome do grupo não foi identificado)

Fonte: Casa da Cultura Pe. Karol Dworaczek, 2012.

- Projeto A Hora do Conto Polonês, desen-

4 CECA-Brasil: Reunião nacional do Comitê Internacional de Educação e Ação Cultural - parte integrante do ICOM: Conselho Internacional de Museus (MUSAS, 2004, p.09)

5 Art. 13. São considerados museus públicos as instituições museológicas vinculadas ao poder público, situadas em território nacional. (BRASIL, 2009, p.03).

6 Art. 44. É dever dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico. (BRASIL, 2009, p.06)

volvido com o intuito de resgatar a literatura polonesa na comunidade através de lendas infantis que fazem parte do folclore polonês;



Imagem 02: A Hora do Conto Polonês apresentada aos alunos do CEI De Olho no Futuro
Fonte: Casa da Cultura Pe. Karol Dworaczek, 2012.

- Palestras sobre Imigração e Cultura Polonesa, que promovem o conhecimento, a valorização e o resgate da história da comunidade em que se localiza a Casa da Cultura;



Imagem 03: Palestra sobre imigração e cultura polonesa apresentada aos alunos da Escola Municipal Rosi Machado Marchesini
Fonte: Casa da Cultura Pe. Karol Dworaczek, 2013.

- Visitação monitorada de seu acervo, composto por peças doadas pela comunidade e que fizeram parte do cotidiano das famílias locais desde o início da colonização até meados da década de 1970. Através destas peças, pode-se analisar e visualizar como era o dia-a-dia das famílias polono-descendentes, tanto nos afazeres do lar como na lavoura.



Imagem 04: Visita monitorada a alunos do Colégio Estadual da Colônia Murici
Fonte: Casa da Cultura Pe. Karol Dworaczek, 2013.

Ao promover estas atividades, a instituição atende ao que preconiza a Política Nacional de Museus na questão da democratização e acesso aos bens culturais, pois suas atividades aproximam os visitantes do patrimônio cultural polonês.

Segundo os dados do Livro de Registro de Atividades (2012-2013), há uma procura considerável pelas atividades, principalmente por grupos escolares - durante o ano de 2012, foram 20 escolas municipais, contabilizando 2300 alunos -, das quais, 1318 alunos participaram da Hora do Conto Polonês e 1071 alunos da Palestra sobre imigração e Cultura Polonesa em conjunto com a visita monitorada. Já no primeiro semestre de 2013, dos 1102 visitantes registrados, 460 participaram do Projeto A Hora do Conto Polonês e 368 das Palestras e visitas monitoradas, o que é um ponto positivo para a instituição no que se refere ao cumprimento de sua Missão proposta no Plano Museológico, porque, ao atender as escolas, há um resgate e um incentivo à preservação do patrimônio cultural polonês dentro da realidade histórica do município de São José dos Pinhais em que se inserem estes alunos.

Porém, a aproximação do público com a Casa da Cultura através de oficinas de artesanato típico, como estão propostas no Programa Educativo e Cultural do Plano, não apresenta uma participação significativa nos registros. Em 2012 aconteceram apenas duas oficinas, uma de Wycinanki e outra de Bibuly, que juntas contabilizam 86 participantes. Já no ano de 2013, aconteceu apenas uma oficina de Wycinanki, que contou com a participação de 14 alunos.

Com isso, não se atende completamente ao artigo 29 do Estatuto de Museus que fala sobre a promoção de ações educativas, ampliando o acesso

da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial.

Outra forma de aprofundar os conhecimentos em relação ao tipo de público e refletir sobre o alcance das ações educativas propostas se dá através das fichas avaliativas.

Na Casa da Cultura, uma ficha com esse propósito é entregue no final da visita para ser preenchida pelos professores que agendam atividades na instituição. Esta é composta por 07 perguntas, mais a identificação da instituição escolar e turma que realizou a visita. Foram implantadas apenas em 2013 e, sendo o recorte temporal compreendido entre o ano de 2012 e o primeiro semestre de 2013, foram analisados apenas 09 questionários. Todos procedem da escola municipal local (Escola Municipal São José EF). São turmas dos anos iniciais do ensino fundamental e a quantidade de participantes da avaliação foi de 504 alunos. O Registro de Atividades confirma a presença da mesma instituição escolar no ano de 2012 com uma frequência relevante, o que permite concluir que há uma parceria entre a escola local e a Casa da Cultura, o que é visto com bons olhos na questão da preservação da história local e educação patrimonial, pois esta interação permite aos alunos apropriarem-se de sua história, num espaço diferente da sala de aula, além de promover a função social dos museus como espaços de educação não-formal.

Entre as Correspondências Recebidas em 2012, destacaram-se cópias das cartas enviadas por e-mail pelos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Profª. Leci Caldeira Scherner. São quatro mensagens enviadas pelos alunos comentando sobre o que mais gostaram durante sua visita à Casa da Cultura. Estas turmas participaram, segundo o livro de Registro, do projeto A Hora do Conto Polonês. Além das lendas, são mencionados alguns detalhes de exposições que estavam abertas no período. Em linhas gerais, as turmas agradecem a atenção dispensada pela equipe e comentam da importância do aprendizado durante a visita. Retornos deste tipo contribuem para uma avaliação positiva das ações educativas, pois demonstram o diálogo e a troca dos sentidos patrimoniais entre a Instituição museológica e o público visitante.

Há ainda na recepção da Casa da Cultura um livro de registro de visitantes, que não foi utilizado para análise por conter apenas assinaturas, o que significaria apenas dados quantitativos, sem refletir qual a opinião dos visitantes a respeito das ações oferecidas.

Considerações finais

Sabendo que uma avaliação sobre as ações educativas executadas em um Museu apresenta um retorno à própria instituição, no sentido de aprimoramento das ações futuras, e que estas devem ser avaliadas, pelo público receptor e pelo próprio Museu, observando as condições de produção e emissão, conclui-se que a Casa da Cultura Padre Karol Dworaczek possui várias ações que contribuem para preservar e divulgar o patrimônio cultural polonês em São José dos Pinhais, como o projeto A Hora do Conto Polonês, as Palestras sobre Imigração e Cultura e a visita monitorada de seu acervo.

Sendo as escolas seu maior público, estas ações refletem a preocupação da Instituição com a educação, atendendo ao compromisso sócio-político do espaço museológico de desenvolvimento de uma consciência crítica e de reconhecimento do outro.

O retorno, por parte dos alunos e dos professores, registrado nas correspondências e fichas avaliativas confirma que estas ações estão contribuindo para a divulgação e preservação deste patrimônio, pois somente quando se conhece é que se passa a respeitar e valorizar as diferenças.

No entanto, não são realizadas atividades destinadas à própria comunidade, o que faz com que a Instituição deixe a desejar na questão da inclusão sócio-cultural local. É preciso que as pessoas da comunidade sintam-se realmente como parte integrante desta história narrada no espaço da Casa da Cultura e que se utilizem dela para promover o desenvolvimento desta e das próximas gerações.

Para que isso possa ocorrer, se torna necessário que a instituição promova mais pesquisas a respeito da história local junto à própria população para que a mesma passe a identificar o espaço museológico como um local de preservação de seu legado cultural. Para diminuir esta distância entre o público local e o museu, uma ideia seria a maior divulgação de suas ações através de cartazes, convites e o uso de mídias, como preconiza a Política Nacional de Museus.

Outro fator que contribuiria para uma melhor abrangência de suas ações seria a regulamentação legal da Instituição através da Lei de Criação, o que garantiria a continuidade das atividades, bem como recursos financeiros para a manutenção de seu espaço e a normatização das ações ao aprovar o Plano Museológico e o Regimento Interno da Casa da Cultura.

Instituições como a Casa da Cultura Padre Karol Dworaczek abrem espaço para a história da imi-

gração polonesa, bem como a contribuição cultural desta nação que é riquíssima e se faz presente de maneira muito representativa no estado do Paraná. Ainda que algumas gerações tenham procurado esconder sua ascendência, a conjuntura política atual abriu espaço para que pequenas comunidades de descendentes poloneses se reapropriem de seu legado, orgulhando-se de suas origens e de sua contribuição para a construção deste estado.

Finalizando, patrimônio não é apenas um conjunto de bens materiais ou imateriais de uma comunidade, é tudo aquilo que essas pessoas consideram de mais valioso, aquilo que as identifica. E é em espaços sociais como os museus que estes bens podem ser preservados, contribuindo não só para a manutenção da história local, mas para o exercício da cidadania.

Referências

ALMEIDA, A. M. **Avaliação da Ação educativa e cultural em museus:** teoria e prática. In: MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia, v. I n. I. Rio de Janeiro, IPHAN, 2004, p.22-24. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/04/musas/pdf>. Download em: 15 de janeiro de 2013.

BERNARDO, J. **Madeira e técnica:** as edificações históricas da Colônia Murici. Curitiba, edição do autor, 2013, 168p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 05 de outubro de 1988 – 6ª edição (atualizada até a Emenda Constitucional nº35 de 20 de dezembro de 2001). Rio de Janeiro, Forense, 2002.

_____. **Carta de Petrópolis** – Subsídios para a construção de uma Política Nacional de Educação Museal. 1º Encontro de Educadores do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Petrópolis, 28, 29, 30 de junho e 1º de julho de 2010. Disponível em: <http://boletim.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/07/Carta-de-Petropolis.pdf> Download em 15 de janeiro de 2013.

_____. **Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009.** Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm Acesso em 15 de janeiro de 2014.

_____. **Plano Nacional Setorial de Museus** – 2010/2020. Brasília, DF, MinC/Ibram, 2010, 135p. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/05/pnsm2.pdf> download em 15 de janeiro de 2013 (cópia impressa).

_____. **Política Nacional de Museus** – Memória e Cidadania. Brasília, DF, MinC, Maio de 2003, 37p. Disponível em: http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/politica_nacional_museus_2.pdf download em 15 de janeiro de 2013 (cópia impressa).

CABRAL, M. O educador de museu frente aos desafios econômicos e sociais da atualidade. In: **MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia**, v. I n. I. Rio de Janeiro, IPHAN, 2004, p.27-33. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/04/musas/pdf>. Download em: 15 de janeiro de 2013.

CASA DA CULTURA PADRE KAROL DWORCZEK. Livro de Registro de Atividades. São José dos Pinhais, 2012/2013.

_____. **Correspondências recebidas 2012.** Arquivo de documentos. Pasta 2012. São José dos Pinhais, 2012.

_____. **Acervo Fotográfico 2012/2013.** I CD, color, 2012/2013.

_____. **Fichas Avaliativas.** Arquivo de documentos. Pasta 2013. São José dos Pinhais, 2013.

CORSETTI, B. **A análise documental no contexto da metodologia qualitativa:** uma abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos. In: UNIREVISTA, v. I, n. I, janeiro de 2006. ISSN: 1809-46-51. p.36. Disponível em: http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/ART_05_BCorsetti.pdf; Download em 13 de setembro de 2013

DEMBICZ, A.; KIENIEWICZ, J. **Polônia e Polono-Brasileiros.** História e Identidades. Varsóvia, Cesla, 2001, 117p. Tradução: Almir Gonçalves. Direito de publicação na internet: Província Sul-Americana da Sociedade de Cristo. Arquivo particular impresso 72p.

DOUSTAR, N. M. **Imigração Polonesa:** Raízes Históricas de um Preconceito. 1990, 157p. Dissertação.

tação (Mestrado em História do Brasil). Curso de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1990.

FONSECA, M. C. L. **Para além da pedra e cal:** por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R. & CHAGAS, M. (orgs). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, DPdA, 2003, 320p.

FRIEDRICH, V. **Aspectos históricos da política de patrimônio cultural no Brasil** S/ local, S/ data. Disponível em: <http://moodle2.nead.uem.br>. Download em: 07 de agosto de 2013.

HOLTMAN, C. S. **Plano Museológico da Casa da Cultura Padre Karol Dworaczek**. São José dos Pinhais, 2012, 33p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Patrimônio Cultural Imaterial:** para saber mais. Texto e revisão de Natália Guerra Brayner. 3ª edição, Brasília, 2012, 36p.

JULIÃO, L. Apontamentos sobre a História do Museu. In: **Caderno de diretrizes museológicas I**. Brasília, Ministério da Cultura/IPHAN/Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2ª edição, p. 17-30. Disponível em: http://www.cultura.mg.gov.br/files/Caderno_Diretrizes_I%20Completo.pdf. Download em 01 de fevereiro de 2014.

KAWKA, M. Circunstâncias históricas da imigração polonesa ao Brasil. In: **PROJEÇÕES:** Revista de estudos polono-brasileiros. Ano 5, n.1, Curitiba, Braspol – Representação Central da Comunidade Brasileiro-Polonesa no Brasil; Congregação Sociedade de Cristo – Província Sul-Americana; Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Varsóvia, 2003, 156p.

MUSAS – **Revista Brasileira de Museus e Museologia/Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais**, v. 1 n. 1. Rio de Janeiro, IPHAN, 2004, 181p. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/04/musas/pdf>. Download em: 15 de janeiro de 2013.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F.

Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. In: **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano 1 nº 1, julho de 2009, p. 11. Disponível em: http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo_Pesquisadocumental.pdf Download em 13 de setembro de 2013.

SZESZ, C. M.; LEITE, R. L.; STANCIK, M. A. **História do Brasil 2**. Ponta Grossa, UEPG/NUTEAD, 2011, 109p.

TURBAŃSKI, S. SVD. **Murici Terra Nossa** vol I. Curitiba, Vicentina, 1978, 244p.

URBAN, J. Tu i Tam = **Aqui e lá:** Memória da imigração polonesa no Paraná. Coleção Olho: ilha, 2. Primeiro de Maio, Mirabilia, 2004, 181p.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. 5ª edição, Curitiba, Vicentina, 1982, 185p.